

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Sétima Sessão Ordinária

28 Junho – 2 de Julho de 2005

Tripoli, Líbia

EX.CL/183 (VII)
Original: Inglês

RELATORIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO
DE SIRTE SOBRE A AGRICULTURA E ÁGUA

ÍNDICE

Índice	i
Lista de Caixas	ii
Lista de Quadros	iii
Lista de Acrónimos	iv
I. INTRODUÇÃO	1
1.1 Antecedentes e Contexto	1
1.2 Objectivo do Relatório	2
1.3 O processo rumo à implementação da Declaração	2
II. SÍNTESE DAS REALIZAÇÕES ACTUAIS NO QUADRO DA DECLARAÇÃO DE SIRTE	3
2.1 Iniciativas e acções da Comissão da União Africana	3
2.2 Iniciativas e intervenções dos Parceiros de Desenvolvimento e Organizações especializadas	16
2.3 Iniciativas e Contribuições do Sector Privado, da Sociedade Civil e da Diáspora	18
III. PLANO DE ACÇÃO PARA ACELERAR A IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO	24
3.1 Linhas gerais do Plano de Acção	24
3.2 Medidas de apoio e operacionalização do Plano	49
IV. MEDIDAS PRECONIZADAS	49
4.1 Medidas para acelerar a implementação do Plano	49
4.2 Importância dos requisitos e mecanismos de financiamento	52
4.3 Monitorização e Avaliação	52
4.4 Conclusão e Recomendações	53

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1:	Iniciativas e Acções da CUA que tratam de algumas Decisões da Declaração de Sirte	8
Caixa 2:	Situação da Integração da AMCEN/AMCOW na Estrutura da União Africana	12
Caixa 3:	Autoridade Africana para a Água	19
Caixa 4:	Implementação do Desenvolvimento de Infra-estruturas pelo Banco Africano de Desenvolvimento	20
Caixa 5:	Programas Prioritários da UA para iniciar a implementação da Declaração de Sirte	51

LISTA DE QUADROS

Quadro II.1	Acções e Actividades da Comissão da União Africana que tratam da Declaração de Sirte no período entre 2004 e 2007	5
Quadro II.2	Acções e Actividades da NEPAD que tratam da Declaração de Sirte no período entre 2004 e 2007	14
Quadro III.1	Acção de Implementação da Declaração de Sirte no Horizonte de 2015	26

LISTA DE ACRÓNIMOS

FADA	Fundo Africano para o Desenvolvimento da Agricultura
FATA	Fundação Africana de Tecnologia Agrícola
ACP	Países da Africa, Caraíbas e Pacífico
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
AFW	Autoridade Africana para a Agua
BAI	Banco Africano de Investimento
AMCEN	Conferencia dos Ministros Africanos do Ambiente
AMCOW	Conferencia dos Ministros Africanos sobre a Agua
ASARECA	Associação para o Reforço da Investigação da Agricultura na Africa Oriental e Central
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de Africa
BASIC	Reforço da Capacidade Institucional e Científica Africana
BIPs	Projectos de Investimento negociáveis em bancos
CAADP	Programa Global para o Desenvolvimento da Agricultura em Africa
PAC	Politica Agrícola Comum
COMESA	Mercado Comum da Africa Austral e Oriental
BDAA	Banco de Desenvolvimento da Africa Austral
DFID	Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
DONATA	Disseminação das Novas Tecnologias Agrícolas em Africa
ECA	Comissão Económica para Africa
UE	União Europeia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental
APE	Acordo de Parceria Económica
SAP	Sistemas de Alerta Prévio
FANR	Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura
FARA	Fórum para a Investigação Agrícola em Africa
PNB	Produto Nacional Bruto
GEF	Autoridade para o Ambiente Global
G8	Grupo dos 8 países mais industrializados
GIEWS	Informação Global e Sistemas de Alerta Prévio
GTZ	Agencia Alemã de Cooperação Técnica
BIRA	Bureau Inter-Africano de Recursos Animais
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IFPRI	Instituto Internacional de Investigação de Políticas de Alimentação
ILRI	Instituto Internacional de Investigação da Pecuária
IPPC	Convenção Internacional de Protecção de Plantas
MAPP	Programa Multi-nacional de Produtividade Agrícola
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
QEMLP	Quadro Estratégico de Médio e Longo Prazos
NARS	Sistemas Nacionais de Investigação Agrícola
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa

NERICA	Novo Arroz para Africa
NMTIPs	Projectos Nacionais de Investimento a Médio Prazo
OUA	Organização da Unidade Africana
EIE	Escritório Internacional das Epizootias
CPAE	Controle Pan-Africano de Epizootias
PANVAC	Centro Pan Africano de Vacinas Veterinárias
PATTEC	Campanha Pan-africana de Erradicação da Tripanossomiase
DERPS	Estratégia de Redução da Pobreza
RBOs (OBH)	Organizações das Bacias Hidrográficas
CER's	Comunidades Económicas Regionais
IAASZR	Iniciativa de Abastecimento de Água e Saneamento nas Zonas Rurais
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral
SPS	Sanitário e Fitossanitário
OSIs	Organizações Sub-regionais de Investigação
SSA-CP	Programa de desafios da Africa Sub-saariana
PACP	Plano de Acção a Curto Prazo
CTES	Comités Técnicos Especializados
RTC	Restrições Técnicas ao Comércio
TRIPS	Aspectos Comerciais dos Direitos de Propriedade Intelectual
UEMOA	União Económica Monetária da Africa Ocidental
UMA	União dos Países do Magrebe Arabe
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança
USAID	Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WARDA	Associação Oeste Africana para o Desenvolvimento do Arroz
WECARD	Conselho da Africa Central e Ocidental para Investigação e Desenvolvimento Agrícola
PAM	Programa Alimentar Mundial
OMC	Organização Mundial do Comércio

**RELATORIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO
DE SIRTE SOBRE A AGRICULTURA E ÁGUA**

I. INTRODUÇÃO

1.1. Antecedentes e Contexto

1. Os Chefes de Estado e de Governo Africanos adoptaram a Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa (NEPAD) como o plano de desenvolvimento global do continente para tratar do lento desenvolvimento económico., social e ambiental de Africa. Numa tentativa de inverter a situação de crise que a agricultura Africana enfrenta, foram delineados um Programa Geral de Desenvolvimento da Agricultura em Africa (CAADP) e um Plano de Acção do Ambiente, adoptados pela 2ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana realizada em Maputo, em Julho de 2003. A adaptação destes programas sectoriais significa o empenhamento e o apoio político à agricultura e aos recursos hídricos ao mais alto nível.

2. Entre os desafios, há um enorme potencial para o crescimento da agricultura em Africa. O continente é dotado de abundantes recursos naturais incluindo muita terra, água (embora a sua desigual distribuição) e pessoas. A União Africana acredita que mobilizando os seus esforços colectivos para enfrentar os desafios do desenvolvimento de Africa e trabalhando com os seus parceiros de forma mais coerente, objectiva e definida, os povos Africanos e suas instituições contribuirão para a construção de um continente mais próspero.

3. Foi com o objectivo de tratar, de forma exaustiva e em conjunto, os enormes desafios económicos sociais e ambientais que a Segunda Sessão Ordinária que teve lugar em Maputo, em Julho de 2003 decidiu realizar a Cimeira Extraordinaria centrada na Agricultura e Agua no contexto geral de alcançar a implementação dos Recursos Hídricos para a segurança alimentar, auto-suficiência alimentar e crescimento.

4. O objectivo da Cimeira foi chamar a atenção para a necessidade de a Africa tomar medidas financeiras concretas e investir no desenvolvimento de dois sectores tendo em conta o seu papel fundamental no desenvolvimento social e económico do continente.

O objectivo foi desencadear a implementação acelerada dos principais programas da NEPAD, particularmente a CAADP, realizando acções imediatas e concretas, apoiadas pelos próprios recursos humanos e

financeiros de Africa, para enfrentar os desafios fundamentais em matéria de agricultura e água que possam catalisar o desenvolvimento acelerado e integrado para melhorar a segurança alimentar, reduzir a pobreza rural e promover um crescimento económico alargado.

5. A Cimeira Extraordinária da UA na Líbia culminou com a Declaração de Sirte sobre os Desafios de Implementação do Desenvolvimento Integrado e Sustentável no Sector da Agricultura e Água em Africa, que reafirma a Declaração de Maputo. Na sua Declaração, os Chefes de Estado e de Governo, entre outras coisas, solicitam ao Presidente da Comissão da UA para elaborar Planos de Acção detalhados, implementar esta Declaração, propôr os procedimentos necessários e submeter planos de acção e programas detalhados à Sessão Ordinária da Conferência em 2005. O plano de implementação delineado neste documento é um dos instrumentos da Comissão da União Africana para garantir a operacionalização da Declaração de Sirte.

1.2. Objectivo do Relatório

6. Na sequência da Cimeira Extraordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo realizada em Sirte-Líbia, a 27 de Fevereiro de 2004 Sobre Agricultura e Água, e em resposta à Decisão 24 da Declaração de Sirte, a Comissão da União Africana iniciou o processo de implementação da Declaração. Este relatório apresenta os processos em curso. Além disso, a fim de a operacionalizar efectivamente, a Comissão da União Africana desenvolveu um Plano de Acção para implementar a Declaração. O Plano de Acção descrito neste relatório visa garantir esforços colectivos, prestar apoio e parceria e promover a apropriação dos programas/actividades e, dessa forma, traça o roteiro dos esforços colectivos entre a Comissão da UA, outros intervenientes e seus parceiros de desenvolvimento para implementar a Declaração de Sirte de forma coerente. Sabe-se muito bem que muitos parceiros importantes, nomeadamente os Estados-membros, as Comunidades Económicas Regionais (CER's), o Secretariado da NEPAD e os parceiros de desenvolvimento realizaram e continuam a empreender iniciativas e acções que tratam muitas questões contidas na Declaração de Sirte. Portanto, o relatório também faz uma breve descrição destas actividades em curso e aponta as medidas necessárias para acelerar a implementação da Declaração a fim de atingir resultados palpáveis.

1.3. O processo rumo à implementação da Declaração

7. O processo que visa a implementação da Declaração de Sirte foi consultivo e envolveu muitos dos parceiros da Comissão da União Africana. Os fundamentos chave deste processo incluíram muitas sessões preliminares de reflexão nomeadamente as realizadas pelos Peritos em Abril de 2004 cujos

resultados constituíram a base dos Planos de Acção dos Departamentos da Comissão da Ua e a formulação subsequente do seu Plano Estratégico para 2004-2007. O Plano Estratégico harmoniza as actividades dos Departamentos da UA com a Missão e Visão da Comissão e o objectivo fundamental de reduzir a fome e a pobreza e contribuir para a criação de riqueza em Africa através da melhoria da produtividade agrícola e da gestão dos recursos hídricos. Neste sentido, as Decisões da Declaração de Sirte já foram incluídas no Plano Estratégico da Comissão em vários aspectos. Um resumo destas acções/actividades é apresentado na Secção II.

8. Para facilitar a implementação de toda a Declaração de Sirte e apontar as medidas para o futuro, a Comissão da União Africana constituiu um Comité formado por intervenientes-chave dos Estados-membros e parceiros de desenvolvimento que foram envolvidos nos trabalhos de preparação da Cimeira de Sirte em Fevereiro de 2004 que culminou com a Declaração, nomeadamente a FAO, o PAM, o BAD, a ECA, o FIDA e o PNUA. O Instituto Internacional de Investigação de Políticas Alimentares (IFPRI) foi um novo membro do Comité, que analisou o Projecto de Plano de Acção preparado pela Comissão da União Africana, trocou opiniões, de vista, experiência e informação e traçou as vias a seguir.

RESUMO DAS ACTUAIS REALIZAÇÕES NO QUADRO DA DECLARAÇÃO DE SIRTE

9. Muitos fóruns aos níveis nacionais, sub-regional e continental discutiram e tomaram conhecimento dos inúmeros desafios que existem na realização do desenvolvimento integrado e sustentável a nível dos Sectores da Agricultura e Água em Africa. Consequentemente, nas três décadas passadas os governos Africanos com os seus parceiros verticais e horizontais, nomeadamente as instituições de investigação e de desenvolvimento, os parceiros de desenvolvimento, a sociedade civil e o sector privado, lançaram várias tentativas para iniciar políticas e medidas programáticas para enfrentar esses desafios. Contudo, ainda são raros os sucessos em termos de melhoria do desempenho da agricultura e da gestão dos recursos naturais. O fraco desempenho em todas as áreas da agricultura e da gestão dos recursos naturais, em particular a gestão da água, é uma das razões da deficiente situação geral do continente. A Africa ainda enfrenta grandes secas e cheias. Tanto na agricultura como noutros sectores, a produção de Africa e a quota de mercado no comércio internacional ainda contribuem para a marginalização da região, o fraco crescimento económico e o aumento da fome e da pobreza.

10. A Declaração de Sirte sobre os Desafios da Implementação do Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Agricultura e nos Recursos

Hídricos em Africa é um compromisso ao mais alto nível continental, que se baseia na iniciativa liderada por Africanos – NEPAD e trata das questões da agricultura e da água no quadro do Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura em Africa (CAADP) e a Iniciativa Ambiente. Prevê-se a mobilização de grandes contribuições e de valor acrescentado aos esforços e iniciativas já existentes e em curso aos níveis nacional, regional e continental. As iniciativas e intervenções dos parceiros de desenvolvimento e organizações especializadas apresentadas nesta Secção não são exaustivas mas dão uma indicação de que muitos trabalhos e iniciativas na área da agricultura e do desenvolvimento dos recursos hídricos estão a ser realizados por vários parceiros.

2.1. Iniciativas e Acções realizadas pela Comissão da União Africana

11. Como acompanhamento imediato à Declaração de Sirte, a Comissão da União Africana iniciou um processo para a sua implementação. Vários órgãos da Comissão realizam várias acções e actividades. Esta sub-secção apresenta as iniciativas e acções realizadas por esses órgãos.

12. Sobretudo, nos seus respectivos mandatos e quadro de funcionamento, os elementos da Declaração que são da responsabilidade dos vários mandatos dos Departamentos da Comissão foram incluídos no horizonte de 2007 do seu Plano Estratégico a curto prazo com a indicação clara de que algumas destas actividades irão para além de 2007. O Quadro II.1 descreve as actividades gerais que estão sendo levadas a cabo pela Comissão da UA no quadro da Declaração de Sirte no período de 2004 a 2007. O quadro também indica os progressos registados nessas várias intervenções.

QUADRO II.1: Acções e actividades que abordam a Declaração de Sirte no período de 2004 a 2007

Decisões da Cimeira	Actividades Gerais	Situação actual	Potenciais parceiros
<p>1. Desenvolvimento da produção de gado incluindo o melhoramento de pasto, distribuição de recursos veterinários e genéticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos programas de parceria existentes • Encomendar estudos suplementares • Promover programas adequados para o desenvolvimento da pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> • A Comissão da UA fez uma avaliação dos programas de pecuária existentes a cargo do Bureau Inter-africano de Recursos Animais (BIRA). Os resultados desta avaliação constituem a base do futuro programa • A NEPAD, em colaboração com a FAO e em consulta com instituições Africanas e Estados-membros, desenvolveu o CAADPII para tratar de questões do sector da pecuária no continente. O projecto de documento (CAADPII) está a ser analisado por parceiros antes da aprovação formal da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. 	<p>CER's NEPAD, FAO</p>
<p>2. Sistemas de alerta prévio no nível regional, sua criação onde não existem e sua coordenação a nível continental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os sistemas regionais existentes • Recomendações para melhorar os sistemas existentes e criar novos onde não há • Recomendação para coordenação a nível continental 	<ul style="list-style-type: none"> • Está em curso uma avaliação na Africa Ocidental e programada para ter lugar noutras sub-regiões; • Em colaboração com o PAM a CUA organizou um seminário de reforço de capacidades para os Departamentos da CUA e CER's em Junho de 2005 (Caixa 1) <p>Uma estratégia regional para redução de riscos em caso de catástrofe já foi elaborada e adoptada pela Conferência dos Ministros Africanos do Ambiente.</p>	<p>CER's NEPAD, UE, FAO, PAM</p>

Decisões da Cimeira	Actividades Gerais	Situação actual	Potenciais parceiros
3. Estudo de viabilidade para a criação de um Fundo Africano de Desenvolvimento Agrícola (FADA)	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo para a criação de um FADA • Facilitar a utilização dos Fundos existentes • Recomendação de um novo, se necessário 	<ul style="list-style-type: none"> • Foram elaborados um documento base e termos de referência aguardando o financiamento necessário para a realização do estudo de viabilidade. 	CERs, ADB, FIDA
4. Criação do Mercado Comum Africano para os produtos agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Determinar os principais produtos • Determinar as restrições ao comércio • Harmonizar as políticas comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> • A FAO concedeu apoio inicial para a realização do trabalho de preparação. O trabalho está a ser feito em colaboração entre o Departamento de Comércio e Indústria e o Departamento de Economia Rural & Agricultura da Comissão da União Africana. 	CER's, FAO
5. Apoiar a AMCOW e a AMCEN e adaptar os seus mandatos com vista à sua integração nos Comitês Técnicos Especializados (CTE's)	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar consultas com parceiros visando a integração harmoniosa da AMCOW e AMCEN e a Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura, como CTE's da UA 	<ul style="list-style-type: none"> • A Consulta foi feita com a Mesa da AMCEN e foram registados progressos (Caixa 2) • A CUA estabeleceu contactos com a presidência da AMCOW para discutir a sua integração como CTE na estrutura da UA 	AMCOW, AMCEN, PNUA, BAD UN-Water/Africa
6. Encorajar o acordo bilateral sobre a gestão das águas partilhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e facilitar a cooperação para a gestão integrada das 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi elaborada uma proposta com vista a solicitar a colaboração de possíveis parceiros • O PNUA demonstrou vontade em financiar a 	CER's UN-Water/Africa, BAD,

Decisões da Cimeira	Actividades Gerais	Situação actual	Potenciais parceiros
	águas transfronteiriças	elaboração de um acordo-tipo de cooperação.	PNUA, GTZ, Governo Irlandês
7. Reforçar as Bacias Hidrográficas e Lacustres existentes e identificar novas bacias.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os pontos fracos e fortes das administrações das bacias hidrográficas existentes e promover o reforço das suas capacidades. • Identificar outras fontes de água transfronteiriças e não exploradas e seu regime de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi submetida uma proposta de projecto ao BAD visando a federação das administrações das Bacias Hidrográficas existentes para a troca de experiências e ensinamentos com o objectivo de reforçar as capacidades e aconselhar as novas autoridades. 	CER's, BAD, PNUA, AMCOW, AMCEN, UN-Water/ Africa

13. A Caixa 1 apresenta algumas das actividades em curso que a Comissão está a realizar e que se enquadram na resolução das preocupações constantes das Declarações de Sirte e que incluem: avaliação dos Sistemas de Alerta Prévio; promoção da gestão dos recursos naturais e redução da degradação ambiental na Africa Ocidental através da revitalização do Maciço de Fouta Djallon; Campanha de Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomiase (PATTEC) e intervenções no sub-sector da pecuária particularmente nos serviços de saúde animal. A Caixa 2 descreve em pormenor os processos que a União Africana lançou para realizar uma das Decisões relativas à integração dos Comitês Técnicos Especializados na estrutura do processo de decisão da UA.

**Caixa 1: Iniciativas e Acções da CUA que abordam algumas
Decisões da Declaração de Sirte**

1. Avaliação dos Sistemas de Alerta Prévio em Africa

A CUA conjuntamente com a FAO e a UE estão actualmente a realizar uma avaliação dos Sistemas de Alerta Prévio na Africa Ocidental. O objectivo deste exercício é compreender bem a eficiência e a eficácia dos Sistemas de Alerta Prévio na área de segurança alimentar na Africa Ocidental. Isto irá produzir recomendações sobre medidas a serem tomadas visando o reforço desses sistemas para melhorar a tomada de decisões aos níveis nacional e regional em relação às intervenções de segurança alimentar. A Missão de Avaliação está a analisar os pontos fortes e fracos dos SAP's existentes em segurança alimentar e ver até que ponto são relevantes, credíveis, acessíveis e sustentáveis aos níveis nacional e regional. Relativamente ao que atrás foi dito, uma função importante da missão é avaliar os constrangimentos institucionais, metodológicos, técnicos e de recursos, bem como o papel dos vários intervenientes e instituições aos níveis nacional e regional. A Missão concluirá a avaliação fazendo recomendações sobre a melhor forma de reforçar a capacidade de prevenção com vista a aumentar a segurança alimentar em Africa. A avaliação Oeste Africana será completada em meados de Junho e será seguida de exercícios similares para a Africa Austral, Corno de Africa e Africa Oriental.

Além disso, a CUA conjuntamente com o PAM realizou um seminário técnico sobre a Prevenção e Emergência à intenção do Departamento da CUA e os pontos focais de segurança alimentar das CER's, destinado a promover a capacidade técnica da CUA e das CER's e reforçar a colaboração e coordenação em matéria de mecanismos de

Caixa 1: Iniciativas e Acções da CUA que abordam algumas Decisões da Declaração de Sirte

alerta prévio e planos de emergência. Teve igualmente como objectivo explorar os meios de integrar a preparação para situações de emergência e os princípios para reduzir situações de calamidade nas políticas, planos e projectos da CUA e das CER's.

2. A revitalização do Maciço do Fouta Djallon

O Maciço do Fouta Djallon é um dos Programas da União Africana que foi revitalizado a fim de contribuir para a luta contra o impacto negativo da seca, da degradação dos solos, a desertificação, as cheias e catástrofes naturais em Africa, especialmente na Região da Africa Ocidental. O programa abrange 6 países, nomeadamente, Guiné, Guiné Bissau, Mali, Senegal, Gâmbia e Serra Leoa.

O objectivo do programa, é melhorar a subsistência da população na área através da gestão integrada e sustentável e da utilização racional dos recursos naturais. A União Africana está a implementar o programa em colaboração com a comunidade internacional, especialmente as Agências especializadas das NU (FAO, PNUD e PNUA). Prevê-se a realização de um projecto que será implementado em colaboração com o Fundo Global para o Ambiente, o PNUA, a FAO e outros parceiros.

3. Implementação da Campanha Pan-Africana de Erradicação da Tripanossomíase e da Mosca Tsé Tsé (PATTEC)

Na sequência de várias decisões da OUA relativas à necessidade urgente de travar as devastações causadas pela tripanossomíase, doença que ataca o homem e os animais domésticos e que é transmitida pela mosca tsé-tsé, provocando a morte, debilidade, baixa produtividade e enormes perdas económicas, a Comissão da União Africana assumiu a tarefa de mobilizar o empenho e o apoio necessários para iniciar e sustentar as medidas necessárias à rápida eliminação do flagelo da tripanossomíase de Africa realizando uma Campanha Pan-Africana de Erradicação da Mosca Tsé e da Tripanossomíase. (PATTEC). Para isso, a Comissão criou um escritório para apoiar a coordenação e a rápida implementação da iniciativa PATTEC.

Evolução da implementação da PATTEC

A erradicação da mosca tsé-tsé e da tripanossomíase é tecnicamente viável, economicamente justificável e um imperativo social. A decisão

Caixa 1: Iniciativas e Acções da CUA que abordam algumas Decisões da Declaração de Sirte

política colectiva de libertar a Africa da ameaça das doenças transmitidas pela mosca tsé-tsé foi feita. Um Plano de Acção sobre a implementação desta decisão foi elaborado e devidamente aprovado. Foi criado um comité consultivo para os mecanismos e modalidades de implementação dos objectivos da iniciativa PATTEC bem como uma estrutura para coordenar a campanha. A campanha para atingir os objectivos da PATTEC foi formalmente declarada e lançada. Ela foi consolidada e a proposta de revisão da estrutura do Escritório de Coordenação da PATTEC para harmonizar o seu programa com os outros Escritórios Especializados da União Africana está a ser analisada para posterior adopção.

O financiamento para a implementação dos programas PATTEC nos 6 países iniciais (Burkina Faso, Etiópia, Gana, Quênia., Mali e Uganda) na primeira fase do programa PATTEC foi obtido a partir do Fundo Africano de Desenvolvimento. Prosseguem esforços, em colaboração com os Estados membros afectados e consultas com os parceiros de desenvolvimento de Africa, para mobilizar o apoio necessário à implementação dos programas da iniciativa PATTEC em todos os 37 países. Vários países formularam as suas estratégias, propostas e Planos de Acção nacionais com vista à implementação da iniciativa PATTEC. Com base na informação dos países afectados compilada pelo Escritório de Coordenação da PATTEC, 8 países iniciaram actividades de erradicação da mosca tsé-tsé e da tripanossomiase; 18 elaboraram planos ou declararam a sua intenção de o fazer e 11 nada declararam sobre a questão. Contudo, na Africa Central, o objectivo é realizar estudos exaustivos para fazer o diagnóstico e o tratamento da doença do sono, com a assistência da Organização Mundial de Saúde.

Medidas preconizadas;

- a) É necessário lembrar a todos os países em geral, e aos países que ainda não iniciaram acções, a responderem com urgência à campanha de erradicação da mosca tsé-tsé e incluir o compromisso de eliminar a tripanossomiase de todos os países, entre as prioridades nacionais de desenvolvimento, as Estratégias de Redução da Pobreza; etc.
- (b) Em consulta com os países afectados e os principais parceiros de desenvolvimento, a Comissão iniciou uma acção de mobilização de recursos em cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento, procurando desenvolver um quadro concreto de apoio visando a criação de mecanismos sustentáveis através dos quais os países

Caixa 1: Iniciativas e Acções da CUA que abordam algumas Decisões da Declaração de Sirte

afectados no processo de erradicação da tripanossomiase podem ser efectivamente apoiados. Assim,

- Os respectivos escritórios nos países afectados são encorajados a contactar o Escritório de Coordenação da PATTEC para mais informações.
- Deve ser convocada uma conferência de doadores especialmente para mobilizar recursos para a PATTEC.

4. Iniciativas e intervenções no Sub-sector da Pecuária**A Campanha de Vacinação contra a Peste Bovina contribui para a melhoria da prestação dos serviços de saúde animal**

A abordagem do programa do Bureau Inter-africano de Recursos Animais (BIRA) – Programa Pan-africano de Controle das Epizootias (PACE) de utilizar “agentes veterinários comunitários” para formação e distribuição de uma vacina estável contra a peste bovina ajudou a eliminar a doença em países como a Etiópia. Até hoje o programa Pan-Africano de Controle de Epizootias (PACE) opera em 30 países desde 2000 e a maioria desses países declararam-se provisoriamente livres da doença.

Centro Pan-Africano de Vacinas Veterinárias (PANVAC) para garantir vacinas de qualidade

Ainda que a vacinação tenha provado ser o controle mais prático e barato para as doenças do gado que podem ser prevenidas através da vacinação, a sua eficácia depende do uso correcto e da boa qualidade das vacinas. O PANVAC assegura que as vacinas são produzidas em condições que garantam a sua segurança, potência e eficácia. Cerca de 23 Estados-Membros recebem serviços PANVAC.

Caixa 2 : Situação da Integração da AMCEN/AMCOW na Estrutura da União Africana

Para iniciar o processo e traçar um roteiro para o futuro, a CUA realizou consultas internas envolvendo todos os relevantes Departamentos e Unidades. Este roteiro também envolveu a ligação com os respectivos Secretariados da AMCEN e AMCOW. Igualmente foram realizadas consultas com o PNUA através do seu Escritório de Ligação em Adis Abeba com o objectivo de se alcançar um entendimento comum quanto à forma que devia assumir a integração da AMCEN. Na sequência da consulta, foi realizada uma reunião conjunta entre a CUA, o Escritório da AMCEN e o PNUA para discutir questões de relevância para o processo. Na mesma linha a Comissão da União Africana está a realizar consultas com o Escritório da AMCOW.

A reunião conjunta decidiu o seguinte:

- Concordar com a total integração da AMCEN na estrutura da UA mas com uma abordagem cautelosa (em termos de medidas operacionais e financeiras);
- O mandato da AMCEN deve ser harmonizado com a disposição do Acto Constitutivo da UA relativamente aos Comitês Técnicos Especializados;
- A voz distinta da AMCEN deve ser tida em conta nas novas medidas institucionais de modo a que a AMCEN seja um Comité Técnico Especializado separado e distinto da União Africana.
- Solicitar a Comissão da UA a submeter um projecto de Decisão para consideração da Conferência da UA criando um Comité Técnico Especializado sobre o Ambiente separado e distinto.

14. A Declaração de Sirte abarca outras áreas importantes que são complementares e têm efeitos multiplicadores nos sectores da agricultura e água. As áreas incluem comércio e indústria, infra-estruturas e energia, questões macroeconómicas e do género. A Comissão da União Africana irá implementar essas áreas nos órgãos apropriados da Comissão.

15. O Secretariado da NEPAD está também a facilitar iniciativas e actividades na área da agricultura e águas que abordam a Declaração de Sirte. No que se refere à implementação da CAADP, as consultas até agora realizadas ao nível regional entre a NEPAD, as CER's, os parceiros de desenvolvimento, o sector privado e a sociedade civil incluindo organizações não-governamentais, permitiram à NEPAD facilitar a identificação de investimentos prioritários e acções prévias tanto a nível

sub-regional como nacional. Em cada um dos 4 pilares da CAADP, as áreas identificadas para financiamento e promessa de financiamento estão indicadas no Quadro II.2. As consultas da CAADP ao nível nacional foram realizadas pela NEPAD com a colaboração da FAO e culminaram com a criação de Projectos Nacionais de Investimento a Médio Prazo (PNIMP) e Projectos de Investimento através do Banco (PIB). Para isso alguns países começaram a integrar os PNIMP's e os PIB's nos orçamentos nacionais. Ao nível nacional, vários países já estão a implementar as Estratégias de Redução da Pobreza. Para garantir maior impacto deste programa, alguns países tomaram medidas para alinhar as ERP's com a CAADP e estão a rever os seus orçamentos para incluir opções a favor dos pobres que são subjacentes ao processo CAADP. Outros programas da NEPAD na área da agricultura incluem; a Iniciativa Pan-africana sobre a Mandioca, a Iniciativa Pan-Africana NERICA e as Pescas.

Quadro II.2: Acções e Actividades no quadro do Secretariado da NEPAD que abordam a Declaração de Sirte no período de 2004 a 2007

23 Decisões da Cimeira: Implementação dos programas da NEPAD na área da agricultura e águas e implementação da afectação de 10% do orçamento			
Programa	Actividades gerais	Situação actual	Potenciais Parceiros
Implementação da CAADP	Pilar 1: Alargar a Área sob gestão sustentável e sistemas fiáveis de controle de água	O BAD prometeu US\$150 milhões ao Programa da SADC de Gestão dos Recursos Hídricos na Agricultura e a FAO firmou contacto para preparar o ante-projecto e as modalidades de implementação	BAD, FAO
	Pilar 2: Melhorar as infra-estruturas rurais e as respectivas competências comerciais para o acesso aos mercados	<ul style="list-style-type: none"> • Ao redefinir a sua iniciativa para pôr termo à fome em Africa, o financiamento previsto do gGverno dos EUA no quadro da iniciativa para o exercício de 2005 é de US\$ 47 milhões. As actividades incluem o apoio à promoção do sector agro-industrial e ao desenvolvimento de mercados. • Apoio do FIDA para reforçar a capacidade das organizações comunitárias no sentido de melhorarem as suas ligações com os mercados e influenciarem as políticas. 	USAID, FIDA Sociedade Civil

23 Decisões da Cimeira: Implementação dos programas da NEPAD na área da agricultura e águas e implementação da afectação de 10% do orçamento			
Programa	Actividades gerais	Situação actual	Potenciais Parceiros
	Pilar 3: Aumentar o abastecimento de comida e reduzir a fome	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo geral do continente e identificação dos Sistemas de Reserva Alimentar que ajudarão os governos nacionais a identificar e a desenvolver adequados Sistemas de Reserva Alimentar no quadro do contacto mais alargado de sistema integrado de segurança alimentar; • Em colaboração com o PAM, desenvolver um programa Nacional de Cantinas Escolares em 9 países piloto 	CER's, Estados membros, PAM,FAO
	Pilar 4: Investigação na área da agricultura, disseminação e adopção de tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • O Banco Mundial iniciou a preparação do Programa Multi-nacional de Produtividade Agrícola (MAPP) na SADC, CEDEAO e CEEAC. 	CER's, Banco Mundial, FARA
	Implementação da afectação de 10% do orçamento	<ul style="list-style-type: none"> • O Banco Mundial concedeu um capital inicial no valor de US\$ 348,000 para a criação de um Grupo de acompanhamento desta iniciativa. Os fundos serão utilizados com consultores que prestarão serviços de assessoria técnica na avaliação/inventário de práticas de contabilidade e elaboração de relatórios em países seleccionados. 	Estados-membros, Banco Mundial, FAO

16. Comunidades Económicas Regionais (CER's) Muitas das Comunidades Económicas Regionais (CER's) já realizaram algumas iniciativas visando a harmonização das políticas agrícolas bem como a contribuição para a harmonização de políticas sobre questões transfronteiriças, tais como doenças e pestes, ou as que afectam a utilização sustentável de recursos naturais transfronteiriços como os recursos hídricos e haliêuticos. Realizaram-se medidas encorajadoras de cooperação inter-países sobre a integração dos recursos hídricos. Por exemplo, o protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC) sobre os sistemas hidrográficos comuns representa um modelo que pode ser alcançado se os países cooperarem em matéria de recursos hídricos comuns. Outros modelos incluem a Iniciativa da Bacia do Nilo e uma série de administrações de bacias hidrográficas como as do Níger e do Lago Chade.

17. AS CER's como o Mercado Comum da Africa Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da Africa Ocidental (CEDEAO) desenvolveram as suas Políticas Agrícolas Comuns (PAC's). A Política Agrícola Comum da COMESA foi adoptada em 2002. Com a assistência da FAO, quase todas as CER's incluindo a COMESA, a CEDEAO, a UEMOA, a CEEAC, a UMA e a SADC começaram a tratar das questões de segurança alimentar regional a fim de complementar e reforçar políticas e programas nacionais tratando dessas questões que são do tipo regional a fim de melhorar o acesso ao mercado aos níveis regional e internacional através da harmonização da legislação em conformidade com os padrões de qualidade e segurança alimentares do Código Alimentar da FAO, os padrões fitossanitários da Convenção Internacional da Protecção de Plantas e os padrões zoonitários da Organização Mundial da Saúde Animal,; e tratar de questões de tarifas, restrições técnicas ao comércio e aspectos ligados ao comércio de direitos de propriedade intelectual (TRIPS).

2.2 Iniciativas e intervenções dos Parceiros de Desenvolvimento e Organizações Especializadas

18. Desenvolvimento e Promoção de Produtos Agrícolas Estratégicos

No quadro da incidência crescente da fome devido ao aumento da população e da diminuição da produtividade agrícola, a Africa enfrentou um crescimento progressivo nas importações de alimentos nos últimos anos. Por um lado, as importações de produtos agrícolas cresceram mais depressa do que as exportações desde os anos 60 e o continente Africano foi uma região de importação agrícola líquida de os anos 80. Por outro, lado a quota de Africa nas exportações agrícolas mundiais baixou

drasticamente de 8% em 1971-80 para 3,4% em 1999-2000. Inverter este fenómeno exige maiores esforços por parte dos países Africanos. No quadro do programa de agricultura, ambiente e gestão de recursos naturais da NEPAD, estão sendo realizados esforços no quadro da CAADP e do Plano de Acção Ambiental para elaborar e definir programas que contribuirão para inverter esta tendência.

19. Neste contexto, o consenso é que a Africa deve realçar e dar prioridade aos produtos estratégicos ao nível regional. Os produtos estratégicos devem incluir os que a Africa importa em grandes quantidades bem como os principais produtos de exportação de Africa que depois são importados como produtos acabados em grandes quantidades (tais como o algodão, o café e o cacau). Entre outros, os critérios de identificação dos produtos estratégicos incluem: produtos que têm um peso significativo no cabaz africano de produtos alimentares, como o arroz, o milho, o trigo, o açúcar, a carne e lacticínios (leite); produtos africanos que têm um peso significativo na balança comercial da região através de elevados direitos de importações que têm de preencher o défice entre a própria produção e a procura de Africa; e os produtos Africanos que têm um grande potencial de produção mas que não são explorados devido a restrições internas que são basicamente estruturais e constrangimentos induzidos por politicas bem como entraves estrangeiros que existem devido a práticas e medidas agrícolas injustas por parte dos parceiros de comércio externo de Africa.

20. Desenvolvimento do Sub-sector da Pecuária

O Instituto Internacional de Investigação da Pecuária (ILRI) em colaboração com os seus parceiros e, relativamente à redução do pobreza, orientou o seu trabalho na área da pecuária e investigação para a segurança do gado, promoção da sua produtividade e melhoria das oportunidades de mercado. Está em curso uma vasta investigação sobre a promoção da adopção de novas tecnologias, a melhoria de instrumentos e estratégias para a sua adopção e distribuição, muito deste trabalho é orientado para o tratamento dos constrangimentos e oportunidades com que a pecuária se confronta em Africa. A ILRI também desenvolveu um banco de recursos genéticos que é de grande importância para o sub-sector da pecuária em Africa.

21. Trabalho fundamental para o sub-sector da pecuária são as realizações do Bureau Inter-Africano para os Recursos Animais (BIRA) da UA em parceria com os parceiros de desenvolvimento como o Departamento de Desenvolvimento Internacional, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a União Europeia e muitos outros. Alguns dos programas alcançaram grandes resultados

na área do desenvolvimento da saúde animal, em particular a Saúde Animal Comunitária e a Epidemiologia Participativa. Algumas realizações incluem a criação de condições propícias para serviços primários de saúde animal dirigidos aos pobres, metodologias adequadas para avaliação e vigilância das doenças, ligação do desenvolvimento à gestão de conflitos e mudança dos padrões internacionais para melhorar o acesso dos criadores de gado Africanos ao mercado.

22. Uma parte muito importante do trabalho actual BIRA/UA com os parceiros de desenvolvimento foi na área do estabelecimento de normas para o comércio de gado. A norma internacional de saúde animal pretende facilitar o comércio seguro do gado e seus produtos. Estas normas são definidas pelo Escritório Internacional das Epizootias no quadro do Acordo Sanitário e Fitossanitário da Organização Mundial de Comércio e documentadas no Código de Saúde Animal do Escritório Internacional das Epizootias. Agora muitos países estão a investir na erradicação das doenças do gado e a caminhar para a criação de zonas livres de doenças para promover e tirar proveito do comércio. Devido à natureza endémica das doenças do gado em muitos países Africanos, os mercados internacionais de gado e seus produtos estão quase fora de alcance. O BIRA/UA em parceria com a FAO e muitos outros parceiros chave estão a prever outras iniciativas viáveis e aceitáveis na área da SPS e do comércio de gado. Para que a África possa beneficiar e tirar proveito do comércio do gado há uma premente necessidade de melhorar a representação Africana e o envolvimento no SPS e em fóruns afins.

23. **Desenvolvimento do Sector da Agua**

Muitos parceiros de desenvolvimento realizaram várias iniciativas com o objectivo de tratar das questões de recursos hídricos em Africa. O Banco Africano de Desenvolvimento realizou uma Iniciativa de Abastecimento de Agua e Saneamento no Meio Rural para cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em matéria de abastecimento de água e saneamento nas áreas rurais em Africa. O Banco está actualmente empenhado na mobilização de recursos financeiros para a sua implementação. O BAD também aceitou acolher a Administração Africana de Agua da AMCOW e dar-lhe apoio administrativo e de outro tipo. Muitos parceiros nomeadamente a Holanda, o Canadá, a Alemanha, a União Europeia e a França comprometeram-se a dar contribuições financeiros significativas à AAA para além dos acordos bilaterais existentes com os Estados-membros para o desenvolvimento do sector dos recursos hídricos.

Caixa 3: Autoridade Africana da Agua

Na sequência da reunião sobre a Promoção do Desenvolvimento dos Recursos Hídricos em Africa, “organizada pelo Banco Africano de Desenvolvimento, em Abidjan em 2001, foi criado um grupo de trabalho formado pela UA, BAD, ECA e outras agências das NU, o Banco Mundial, a Parceria Global para a Agua e algumas organizações não-governamentais e da sociedade civil. O objectivo deste grupo de Trabalho foi iniciar e acelerar actividades e programas que aumentem o ritmo do investimento no sector dos recursos hídricos em Africa. Para isso foi criada a Autoridade Africana da Agua.

O objectivo da Autoridade Africana da Agua é contribuir para os esforços que visam reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável em Africa alargando a capacidade do continente para aceder ao financiamento e melhorar a eficiência da sua utilização. A Autoridade visa alcançar este objectivo no quadro da Visão Africana da Agua até 2005, do seu Quadro de Acção e da NEPAD. Entre outros, o seu objectivo é; criar condições propícias para atrair investimento para o desenvolvimento do sector dos recursos hídricos e fazer investimentos adequados e estratégicos no sector dos recursos hídricos em. Africa.

Tendo em conta os objectivos a AAA deve apoiar os programas e acções prioritárias definidas pela AMCOW e parceiros incluindo a adesão à abordagem da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na formulação de políticas, particularmente a nível nacional; gestão efectiva das bacias hidrográficas; satisfazer as necessidades básicas em abastecimento de água e saneamento; e garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade do ambiente.

Todos os Estados-membros da UA e instituições regionais podem beneficiar do apoio que a Autoridade concede. A mobilização de recursos provém dos compromissos assumidos pelos doadores nomeadamente o Governo Holandês, o Canadá, a Alemanha , o BAD, a Comissão Europeia e a França. Outras negociações estão em curso com os Países Nórdicos.

O BAD criou um Fundos Especial onde serão depositados os recursos da Autoridade e geridos separadamente das operações normais do Banco. Foi criado um Conselho de Administração da Autoridade que dirige o centro operacional do Fundo, aprova as áreas de intervenção e

analisa o relatório anual de actividades financiadas pelo Fundo que é formado por treze membros dos vários parceiros incluindo a AMCOW, o BAD, a NEPAD a UN-Water Africa e doadores.

24. Por outro lado, a União Europeia criou uma Autoridade para a Água para dar assistência a actividades de desenvolvimento no sector da água em Africa e outros países em desenvolvimento, enquanto que a UN-Water/Africa e o PNUA estiveram envolvidos a apoiar de perto a AMCOW e a AMCEN na implementação de actividades relacionadas com a água em Africa. O Plano da Água e Saneamento do Banco Mundial no quadro dos ODM e outras iniciativas da UNICEF, estão a ser implementados para otimizar o apoio ao desenvolvimento do sector da água nos Estados-membros da União Africana.

25. Desenvolvimento de infra-estruturas e de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

A fim de participar efectivamente e tirar proveito da economia global através do desenvolvimento do comércio, a Africa precisa investir em infra-estruturas regionais. Para isso, os Chefes de Estado e de Governo Africanos, no quadro das iniciativas da NEPAD, realçaram sem dúvida de que as infra-estruturas incluindo a energia, água e saneamento, transporte e tecnologias de informação e comunicação, estão entre os sectores-chave prioritários de intervenção. O sector das infra-estruturas deve estar interligado com o da agricultura.

26. A pedido da NEPAD, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) prestou assistência técnica e serviços de assessoria para apoiar a implementação da iniciativa e especificamente deu mandato ao grupo do Banco para ser o chefe-de-fila na área do desenvolvimento de infra-estruturas. A Caixa 4 resume os progressos registados na implementação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas.

Caixa 4: Implementação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas pelo Banco Africano de Desenvolvimento

O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento realizou uma abordagem de duas vertentes para o programa de infra-estruturas da NEPAD nomeadamente a elaboração de um Plano de Acção a Curto Prazo (PACP) para iniciar o processo e um Plano Estratégico de Médio a Longo Prazo que define um quadro de desenvolvimento de infraestruturas em Africa a médio e longo prazos, que devem funcionar paralelamente. O PACP foi realizado em consulta com as Comunidades Económicas Regionais (CER's), a UA e os parceiros de desenvolvimento. Os principais aspectos

do PACP incluem o seguinte:

- Aos níveis Sub-regional e continental inclui 120 projectos/programas prioritários cobrindo o período de 2003-2007 nos Sectores de Energia, Transportes, Água e Saneamento e Tecnologia de Informação e Comunicação;
- Os projectos PACP que têm um forte elemento de facilitação, com vista à criação de condições favoráveis a um desenvolvimento acelerado e manutenção de infra-estruturas no continente. Centra-se em medidas políticas, reguladoras e institucionais para garantir a eficiência das infra-estruturas regionais existentes e planificadas.

Os progressos até agora registados na implementação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas mostram que vários projectos PACP iniciaram a fase de implementação. Entre estes, o BAD financiou 12 projectos físicos incluindo um do sector privado, e 9 estudos com um financiamento do Grupo do Banco no valor de 520 milhões de dólares americanos, e um projecto de reforço de capacidades. Incluído na lista de projectos que estão a ser implementados com o apoio do BAD estão componentes de uma série de projectos prioritários isto é, a decisão de Yamoussoukro, as centrais eléctricas, o projecto rodoviário e a Iniciativa da Bacia do Nilo nos sectores da energia e da água. Um caso de sucesso é a conclusão do projecto do Gaseoduto Moçambique – Africa do Sul e o Projecto de Reforço das Interconexões das Redes de Energia Eléctrica nos Marrocos (concluído a 43,7%).

Outros parceiros de desenvolvimento como o Banco Mundial, a União Europeia, a França, o BADEA e o Banco de Desenvolvimento da Africa Austral estão também a financiar e a preparar projectos PACP.

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, 2005

27. Investigação e Tecnologia

No quadro da CAADP, estabelece-se uma meta para aumentar a produção agrícola em 6% por ano. Prevê-se que o aumento da produtividade contribuirá com cerca de 3% e o resto virá do aumento do investimento. Mas para aumentar este factor produtividade, são necessários grandes investimentos em investigação agrícola e sistemas de extensão e educação bem como reformas institucionais para aumentar a eficiência e a eficácia do investimento na investigação e na extensão. A realidade em Africa é que a maior parte da investigação é ainda feita por instituições públicas de investigação agrícola (NARS) e a contribuição privada à agenda Africana de investigação agrícola tem sido mínima.

28. Para tirar proveito do trabalho realizado pelos Sistemas Nacionais de Investigação (NARS), estão em curso muitas acções através de programas de parceria em matéria de investigação e cooperação entre as NARS através de organizações regionais de investigação como o Conselho de Investigação e Desenvolvimento da Agricultura da Africa Central e Ocidental (WECARD), a Associação de Reforço à Investigação Agrícola na Africa Oriental e Central (ASARECA) e o Programa da SADC para Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (SADC/FANR). Estas organizações visam reforçar e aumentar a eficiência e a eficácia da investigação agrícola nas sub-regiões. Realizam iniciativas em ciência e tecnologia para promover o crescimento económico através do aumento da produtividade agrícola e do comércio. Ao nível continental, são coordenadas no quadro do Fórum de Investigação Agrícola em Africa (FARA), órgão de cúpula da agenda de desenvolvimento da investigação e tecnologia de Africa. O programa de parceria do FARA está actualmente a implementar os seguintes Programas: Programa de Desafios da Africa Sub-saariana (SSA-CP) que pretende introduzir e assumir uma nova abordagem à investigação agrícola para o desenvolvimento; Reforço das Capacidades Científicas e Institucionais Africanas (BASIC) ; Disseminação das Novas Tecnologias Agrícolas em Africa (DONATA); Programa Multi-nacional de Produtividade Agrícola (MAPP) que visa garantir recursos que os sistemas Africanos de investigação agrícola exigem para levar a cabo as necessárias reformas e investimentos; e o Sistema Regional de Informação Agrícola que promove o acesso e a troca de informações entre os principais intervenientes.

29. Outros programas de parceria em investigação e tecnologia incluem iniciativas da Fundação Africana de Tecnologia Agrícola (FATA), uma parceria público/privado, concebida para responder às necessidades dos agricultores pobres na Africa Sub-saariana. As áreas de intervenção são: combate ao estriga nos cereais, resistência dos insectos no milho em Africa, melhoria da qualidade nutricional do milho e do arroz, resistência dos cereais à seca e aumento da produtividade da mandioca etc. Entre os sucessos alcançados no desenvolvimento de tecnologias em Africa inclui-se o programa “Novo Arroz para Africa” – NERICA desenvolvido pela Associação Oeste Africana para o Desenvolvimento do Arroz” (WARDA).

30. Sistemas de Alerta Prévio

Foram desenvolvidos vários tipos de Sistemas de Alerta Prévio aos níveis global, sub-regional e nacional como instrumentos úteis de prestação de informações importantes sobre vários temas no quadro de diferentes sectores nomeadamente clima, fome, seca, produção e disponibilização de alimentos/pecuária etc. A agricultura Africana e o sub-sector da

alimentação beneficiaram do Sistema de Informação Global e de Alerta Prévio da FAO (GIEWS), que é uma fonte importante de informação sobre a produção e a segurança alimentares nos países Africanos. Além disso, o sistema forneceu uma base de dados regionais, sub-regionais e nacionais sobre segurança alimentar cujas informações foram utilizadas para análise, apresentação e disseminação de informação sobre segurança alimentar.

31. O Sistema de Informação Global e de Alerta Prévio da FAO também apoia as iniciativas aos níveis nacional e regional para aumentar as informações sobre alimentos e Sistemas de Alerta Prévio nestas regiões. Numa altura em que aumentam as emergências de comida o GIEWS continua a fornecer aos órgãos políticos e às organizações humanitárias em todo o mundo, incluindo Africa, os dados mais actualizados e fíáveis.

32. A experiência em todo o mundo demonstrou que ter um Sistema de Alerta Prévio eficaz não é suficiente porque não garante resposta e intervenção imediatas. Em Africa a fome, a inanição e a mal nutrição continuam a afectar muita gente. Em larga medida, os recursos alimentares não são sempre mobilizados em quantidades suficientes e/ou chegam tarde para salvar vidas. A fim de garantir que possam ser tomadas medidas adequadas e atempadas, o sistema de alerta prévio do PAM realça o elemento de prevenção da emergência e os mecanismos de redução de catástrofes.

2.3 Iniciativas e Contribuições do Sector privado, da Sociedade Civil e da Diáspora

33. A Comissão da União Africana reconhece o importante papel que a sociedade civil, o sector privado e a diáspora desempenham no desenvolvimento da agricultura e dos recursos hídricos no Continente Africano. Há uma grande concertação de esforços aos níveis nacional, sub-regional, regional e global. Ao nível internacional, com vista a mobilizar apoio para a causa Africana, foram realizados esforços a favor de políticas acertadas e contra políticas/intervenções nocivas à agenda de Africa para o desenvolvimento da agricultura e da água nos fóruns mundiais- Outras acções incluem consultas aos níveis regional e nacional a fim de chamar a atenção dos decisores para a informação das comunidades necessária à formulação de políticas ou intervenções adequadas em prol das populações comunitárias e dos pobres incluindo pequenos agricultores, organizações de mulheres e de jovens e outros grupos de base comunitária.

34. O desenvolvimento e a sustentabilidade do investimento nos sectores da agricultura e da água exigem a participação activa do sector

privado sozinho ou em parceria com os governos nacionais. A falta de participação dinâmica do sector privado no apoio à melhoria da produção e produtividade agrícolas contribuiu para o deficiente desempenho do sector na região. A emergência de grandes cadeias multinacionais, particularmente na comercialização de produtos agrícolas e alimentares, controlando o valor total da cadeia de mercado vertical desde o produtor aos mercados e ao utilizador final, é uma realidade. É necessário garantir um compromisso de parceria efectiva dos pequenos operadores que são predominantes em Africa.

III. PLANO DE ACÇÃO PARA ACELERAR A IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO

3.1 Linhas gerais do Plano de Acção

35. Em colaboração e consulta com alguns Estados-membros e parceiros de desenvolvimento nomeadamente a FAO, PAM, FIDA, BAD, ECA, FPRI e PNUA, a Comissão da União Africana elaborou um Plano de Acção que visa acelerar a implementação da Declaração de Sirte. O Plano, que consta do Quadro III.1, formula as Decisões da Declaração de Sirte na íntegra e desenvolveu vastas áreas de acções e actividades de implementação daqui até 2015 e possivelmente depois.

36. O plano apresenta vinte e três (23) Decisões da Declaração de Sirte, que são consideradas grandes áreas de acção a serem implementadas entre 2007 (curto prazo) e 2015 (médio-longo prazo). Algumas destas decisões já estão incluídas no Plano Estratégico da Comissão da UA no horizonte de 2007 (Quadro II.1). Infelizmente, algumas destas actividades estão pendentes devido à falta de fundos. O Secretariado da NEPAD está também a implementar uma dessas Decisões (Quadro II.2). Com base nas mesmas, o Plano desenvolve Actividades Gerais que depois são elaboradas em Actividades Especificas que são do âmbito sub-regional e continental. As Actividades definidas no plano têm em conta os processos em curso promovidos pelos parceiros de desenvolvimento e outras organizações especializadas aos níveis local e internacional. Os Resultados Previstos para cada Actividade das Decisões apresenta a medida indicativa do que será realizado.

37. O prazo de implementação de todo o Plano de Acção coincide com a realização do Objectivo Estratégico de médio a longo prazo da Comissão da União Africana que visa alcançar a Integração Continental em 2015 e, mais provavelmente, depois para algumas actividades. Contudo, o plano engloba actividades que foram desenvolvidas para o período a curto prazo entre agora e 2007 com algumas actividades que devem ultrapassar o período de médio a longo prazo. As actividades de curto

prazo, que deverão arrancar o processo da implementação do plano, abordam, em parte, o Objectivo Estratégico de curto prazo da Comissão.

38. Além disso, a Comissão da UA reconhece a necessidade de acelerar e concertar esforços e sinergias entre os intervenientes e parceiros chaves para implementar o plano de acção. Assim, foram propostos potenciais parceiros para cada grande decisão. A coluna de Potenciais Parceiros não é exaustiva mas indica parceiros com os quais a Comissão já trabalhou.

39. Globalmente, a Comissão coordenará e acompanhará o processo de implementação do plano. De ressaltar, todavia, que deverá ser realizado mais trabalho, especialmente para as Decisões que a Comissão da UA ainda não incluiu no Plano Estratégico de curto prazo no horizonte de 2007, a fim de elaborar em pormenor as actividades que serão implementadas a médio e longo prazos, em colaboração com os parceiros relevantes e as instituições técnicas. Por isso, o custo total do Plano de Acção não está incluído

Quadro III.1: Plano de Implementação da Declaração de Sirte até 2015 e depois

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
1. Desenvolvimento e produção de produtos agrícolas estratégicos e outras actividades económicas-chave	1. Desenvolver critérios para a definição de “produtos estratégicos” 2. Desenvolver programas de produtos específicos de cada região	Estudo para identificação de produtos e desenvolvimento de programas	X		Identificados os produtos estratégicos Elaborados programas regionais específicos para o desenvolvimento desses produtos	NEPAD, CER's FARA, e SROs, FAO \$150,000
		Seminários regionais com as CER's para analisar o relatório do estudo e fazer recomendações	X			
		Apresentação de recomendações aos pertinentes órgãos da UA	X			

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
2. Desenvolvimento da pecuária, incluindo a melhoria do pasto, distribuição de recursos veterinários e genéticos.	1. Avaliação dos programas de pecuária existentes (incluindo a distribuição de recursos veterinários e genéticos). Atenção às regiões em que a pecuária é predominante.	Inventário e avaliação dos programas existentes (por exemp. UA/BIRA,ILRI, etc) e recomendações para novos programas	X		Avaliação dos programas de pecuária existentes, incluindo os sistemas de distribuição de recursos veterinários e genéticos	CER's ILRI e SROs. \$120,000
		Seminário para analisar o relatório do estudo e fazer recomendações	X			
	2. Encomendar estudos extra se necessário.	A apresentar recomendações aos órgãos pertinentes da UA	X		Desenvolvidos programas complementares de produção de gado	
3. Elaborar programas adequados para o desenvolvimento da pecuária		X				

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
3. Desenvolvimento dos recursos, métodos, armazenamento, preservação, equipamento, processamento e distribuição de pescado, etc	<p>1. Identificar regiões com vantagens comparativas</p> <p>2. Identificar constrangimentos</p> <p>3. Desenvolver programas que abordam toda a cadeia de produção</p>	<p>Estudo para identificar regiões, constrangimentos e desenvolver programas</p> <p>Seminário de peritos em pescas com as CER's para analisar o relatório do estudo e fazer recomendações.</p> <p>Apresentar recomendações aos órgãos pertinentes da UA para consideração</p>	X	X	<p>Identificadas regiões com vantagens comparativas em pescas</p> <p>Identificados os constrangimentos da indústria pesqueira em Africa</p> <p>Elaborados os programas (toda a cadeia de produção) de desenvolvimento das pescas</p>	<p>NEPAD CER's, SOS e relevantes agências das NU</p> <p>\$150,000</p>

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
4. Promover o desenvolvimento de utensílios agrícolas e equipamento de pecuária e pescas.	1. Em colaboração com a FAO e com base no documento “Revisão da Mecanização da Agricultura...”, realizar um estudo/avaliação para o desenvolvimento e implementação de uma “Iniciativa para a Mecanização da	Em colaboração com a FAO, elaborar TdR e realizar o estudo alargado	X	X	Relatório de resultados e recomendações	CER's, FAO. Fundação Africana de Tecnologias Agrícolas
		Discutir os resultados nas reuniões de peritos			Síntese das melhores inovações para melhorar a	

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
	<p>Agricultura em Africa”.</p> <p>2. Alargar o estudo para incluir equipamento/mecanização da pecuária e das pesas</p> <p>3. O estudo deverá avaliar os factores que promovem a acessibilidade dessas facilidades aos sub-sectores da pecuária e das pescas.</p>	<p>Fazer recomendações para a tomada de medidas para implementar a iniciativa</p>		X	<p>produção agrícola</p>	<p>\$200,000</p>

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
5. Reforçar os Centros de excelência e ou redes e sua criação para culturas, animais, silvicultura, pescas, gestão da água e do ambiente, etc.	1. Avaliação de instituições regionais e sub-regionais e suas especialidades (incluindo agricultura, ambiente e recursos naturais) 2. Determinar o objectivo de cada centro/instituição 3. Identificar as necessidades destes Centros	Estudo para avaliar os Centros Africanos de excelência (pessoal, rácios, investigação, etc)	X		Inventário/Síntese dos Centros Africanos de Excelência em agricultura, ambiente e recursos naturais Identificados os centros orientados para áreas especiais Desenvolvidos programas para reforçar os Centros	NEPAD, CER's e FARA \$180,000
		Seminários regionais para analisar a avaliação e - acordar sobre áreas de especialidade - políticas de colaboração - programa de reforço	X			
		Apresentar recomendações aos órgãos pertinentes da UA				

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
6. Reforçar os bancos de recursos genéticos para culturas e gado e registo dos direitos de autor.	<p>1. Avaliação da situação actual e disponibilidade de bancos de recursos genéticos e identificação de pontos fortes e fracos</p> <p>2. Determinar recursos genéticos adicionais para preservar, se necessário</p> <p>3. Avaliar os sistemas de direitos de propriedade intelectual existentes e propor as políticas que os regem.</p>	<p>Estudo para avaliar os recursos existentes e sugerir recursos adicionais, se necessário</p> <p>Seminário de peritos para analisar o relatório de consultoria e fazer recomendações (incluindo políticas de direitos de propriedade intelectual)</p> <p>Apresentar recomendações aos pertinentes órgãos da UA</p>	X	<p>X</p> <p>X</p>	<p>Realizados os inventários e a avaliação dos recursos genéticos existentes</p> <p>Identificados os recursos genéticos adicionais</p> <p>Formuladas políticas e regulamentos para o uso dos recursos e direitos de propriedade intelectual.</p>	<p>RECs, ILRI, FARA, SROs, e NARS.</p> <p>\$90,000</p>

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
7. Sistemas de alerta prévio a nível regional e sua criação onde não existem e sua coordenação a nível continental.	<p>1. Avaliar os sistemas regionais existentes</p> <p>2. Recomendações para melhorar os existentes e criar novos onde ainda não há</p> <p>3. Recomendações para coordenação a nível continental</p>	<p>Avaliação dos Sistemas de Alerta Prévio</p> <p>Seminário com as CER's para analisar o relatório de avaliação e fazer recomendações</p> <p>Apresentar recomendações aos órgãos pertinentes da UA</p>	X	X	<p>Realizada a avaliação dos sistemas de alerta prévio existentes</p> <p>Feitas as recomendações para melhorar os Sistemas de Alerta Prévio e propostas para a criação de novos</p> <p>Estratégias de coordenação a nível continental desenvolvidas</p>	<p>RECs, EU, FAO, e WFP.</p> <p>\$500,000</p>

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
8. Criar redes de informação na produção agrícola para segurança alimentar e comércio	1. Determinar as necessidades em matéria de informação 2. estratégias para a criação de redes 3. Ligar a rede de informação com a formulação de políticas.	Estudo para determinar as necessidades de infos e estratégias p/ a criação de uma rede de info.	X		Identificadas as necessidades de segurança alimentar e de mercado. Desenvolvidas as estratégias de criação de um sistema de informação	NEPAD, CER's e FAO \$150,000
		Seminário para analisar o relatório do estudo e fazer recomendações		X		
		Apresentar recomendações aos pertinentes órgãos da UA		X		
9. Apoiar a AMCOW, AMCEN e os Ministros Africanos da Agricultura e	Realizar consultas com os parceiros com vista à integração harmoniosa da AMCOW e AMCEN e a	Convocar reuniões inter-departamentos a nível da Comissão para a elaboração de um roteiro	X		AMCOW, AMCEN e Conferência Ministros de Agricultura integrados como	AMCOW, AMCEN, PNUA, FAO

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
adoptar os seus mandatos para os integrar como CTE's	Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura como CTE's da UA	Reunir com as Mesas da AMCOW, AMCEN e Conf. Ministros Agricultura para finalizar as disposições Apresentar propostas à Cimeira da UA	X		CTE's da UA	\$25,000
10. Encorajar acordos bilaterais sobre a gestão de águas partilhadas	Promover e facilitar a cooperação para a gestão integrada das águas transfronteiriças	Encomendar um estudo para analisar os acordos existentes e desenvolver um estudo de cooperação para a gestão das águas partilhadas.	X		Acordo-quadro tipo de gestão das águas comuns adoptado e disponível como referência de negociação de	NEPAD, CER's UN-water/Africa, UE, ECA,

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
		Convocar os peritos continentais, incluindo a AMCOW, a reunião das NU sobre a Agua para discutirem e acordarem sobre um quadro de cooperação	X		futuros acordos transfronteiriços	BAD \$150,000
		Submeter os resultados à consideração e adopção dos órgãos da UA	x	X		
		Reuniões nacionais para discutir as questões de harmonização de políticas relativas à questão do género				

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
11. Reforçar as bacias hidrográficas e lacustres existentes e identificar novas bacias	1. Identificar os pontos fortes e fracos das administrações de bacias existentes e promover o reforço das suas capacidades	<p>Encomendar um estudo para avaliar os pontos fortes e fracos das administrações das bacias hidrográficas e lacustres existentes.</p> <p>Convocar uma reunião dos Directores Gerais das organizações das Bacias Hidrográficas incluindo reuniões sub-regionais para discutir propostas</p> <p>Convocar Conferência(s) de doadores para apoiar o reforço de capacidades</p>	X	X	Identificados os pontos fracos das administrações existentes e desenvolvida uma estratégia para facilitar o reforço da gestão e das capacidades institucionais; Identificadas as águas transfronteiriças e as administrações das bacias hidrográficas; Identificado o quadro de gestão	CER's Organizações das Bacias Hidrográficas NEPAD, CER's PNUA, UN-Water/Africa, BAD, GTZ, RBOs, ECA, UE \$150,000

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
	<p>2. Identificar outros cursos de água transfronteiriços e inexplorados e propôr um sistema de gestão para os mesmos</p>	<p>Promover a cooperação a coordenação e a troca de experiências e ensinamentos entre as OBH's existentes e suas correlações com as actividades da AMCOW.</p> <p>Estudo para identificar outros cursos de água transfronteiriços; identificar potenciais países colaboradores e propôr um sistema de gestão</p>	X	X	Decididas as administrações e a composição das respectivas bacias	\$150,000

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
		Reuniões sub-regionais (CER) para analisar o relatório e fazer recomendações				
12. Adoptar a Autoridade Africana da Agua	Promover/apoiar a mobilização de recursos	Mesas Redondas de Doadores; mobilizar recursos financeiros a partir dos Estados-membros		X	Possíveis compromissos financeiros por parte de doadores e Estados-membros	NEPAD, BAD, UNEPD, UN-Water/Africa, UE, GTZ, ECA, AMCOW
13. Criar o Mercado Comum Africano para os produtos	1. Determinar os produtos prioritários alvo	Consultoria para a criação do Mercado Comum	X		Determinar as produções prioritárias e as	CER's a FAO já promete

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
agrícolas	2. Determinar as restrições ao comércio (físicas, tarifas, etc) 3. Harmonizar as políticas comerciais	Seminário para analisar o relatório de consultoria e fazer recomendações Apresentar recomendações aos pertinentes órgãos da UA	X X		restrições ao comércio Recomendações para harmonizar as políticas comerciais	u EU\$ 333.000 \$333,000
14. Comércio intra-Africano nas áreas de agricultura e pescas	Idem n°s 8 e 13	Idem n°s 8 e 13			Idem n°s 8 e 13	Idem n°s 8 e 13

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custos indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
15. Estratégias para as indústrias orientadas para a exportação, integração regional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Determinar as restrições ao comércio 2. Promover o comércio por sectores de produtos 3. Criar um Comité de Directores Gerais de Alfândegas para fazer a harmonização de políticas 			X		RECs, principais parceiros de desenvolvimento

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
16. Desenvolver infra-estruturas, particularmente nas áreas de energia, transportes, estradas, comunicações e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação a fim de aumentar a produtividade e promover o investimento local e estrangeiro nessas áreas.	Realizar uma avaliação do estado de implementação do Plano de Acção da NEPAD em matéria de infra-estruturas. Avaliar a evolução da implementação do pilar 2 da CAADP sobre a Melhoria das Infra-estruturas e das Capacidades relacionadas com o Comércio para o Acesso aos Mercados	Desenvolver TDR para a avaliação do estudo teórico	X		Resultados da avaliação e recomendações para acções futuras	NEPAD, BAD, FIDA, outras agências relevantes das NU e outros parceiros de desenvolvimento
		Em colaboração com a CUA, o Secretariado da NEPAD e o BAD, fazer o ponto da situação da implementação do programa de Infra-estruturas.	X			
		Identificar lacunas para posterior análise e tomada de medidas	X			

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
17. Coordenação da Posição Africana na OMC e os outros fóruns internacionais de negociação do comércio.	<p>1. O pessoal da UA sediado na OMC em Genebra para acompanhar as negociações</p> <p>2. O pessoal da UA em Bruxelas deve acompanhar as negociações dos ACPs e APE</p>	<p>Estabelecer contactos com o Grupo Africano em Genebra</p> <p>Convocar reuniões continentais, se necessário</p>	X	X	Participação da UA nas negociações sobre o comércio. Contribuições ao Grupo de Embaixadores Africanos em Genebra na elaboração da Posição Africana Comum	CER's US \$250,000

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
18. Quadro de políticas comum e coerente para a cooperação público-privado para atrair mais capital privado para os recursos agrícolas e hídricos	Realizar uma avaliação das actuais condições para a cooperação público-privado no sector da agricultura e dos recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Estudos de políticas nacionais Desenvolver recomendações Desenvolver uma política-quadro para consideração da Cimeira 	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Relatório sobre a actual situação política Recomendações sobre as medidas preconizadas Documento sobre o quadro de políticas 	NEPAD, FAO, ECA, IFPRI US\$ 175,000
19. Desenvolver o potencial de recursos humanos no continente através da educação,	Uma avaliação para identificar áreas que necessitam de formação e desenvolvimento de competências para as	Sessão de reflexão sobre áreas em que a CUA pode ser eficaz Desenvolver o documento base e os TDR para a avaliação	X	X	Relatório do estudo e recomendações	Parceiros relevantes US

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
21. Criação do Banco Africano de Investimento para garantir o financiamento de projectos de desenvolvimento na área da agricultura e águas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo para a criação do BAI 2. Reunir todos os parceiros 3. Recomendações para a criação do BAI 	Organizar consultas com financeiros, investidores e banqueiros	X	X	Promover os objectivos da UA disponibilizando fundos a curto e longo prazos para um investimento sólido principalmente na agricultura	<p>Principais parceiros de desenvolvimento especialmente a ECA</p> <p>US \$100,000</p>
22. Estudo de viabilidade para a criação de um	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo para a criação de um FADI 	Estudo de viabilidade para a criação de um FADI	X		Elaborado o estudo de viabilidade para a criação de um	BAD, FIDA, ECA,

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
Fundo Africano de Desenvolvimento Agrícola	2. Facilitar a utilização dos fundos existentes	Seminário para analisar o relatório do estudo e fazer recomendações	X		FADI . Identificadas as estratégias para um melhor acesso aos “fundos” existentes e seus mecanismos. Elaboradas as recomendações para o acesso aos fundos existentes e a criação de um FADI	FAO Banco Mundial \$100,000
	3. Recomendações para a criação de um novo Fundo, se necessário	Apresentar recomendações aos órgãos pertinentes da UA	X			
23. Implementação dos programas da NEPAD relativos à	1. Estratégia para implementação da CAADP	Criar um roteiro de implementação da CAADP	X		Elaborada a estratégia de implementação do	NEPAD, CER's FAO,

Decisões da Cimeira	Actividades gerais	Actividades específicas	Prazo		Resultados previstos	Potenciais Parceiros & Custo indicativo inicial
			Até 2007	Até 2015 e depois		
água e à agricultura e implementação de afectação de 10% do orçamento	2.Reunir as CER's e todos os outros parceiros (sector privado, doadores, etc) 3. Implementar a estratégia para a implementação da CAADP	Seminários regionais para reunir parceiros e fazer recomendações Apresentar as recomendações do seminário aos órgãos pertinentes	X X	X X	roteiro Envolvimento dos parceiros no processo da CAADP	G8, Banco Mundial , BAD \$600,000

3.2 Medidas de apoio e operacionalização do Plano

40. O plano será divulgado pela Comissão da UA para promover mais consultas através de uma série de seminários bem orientados e com representantes de um vasto leque de intervenientes incluindo Ministérios da Agricultura, Água e Ambiente, NEPAD, CER's, Organização das Bacias Hidrográficas e principais parceiros de desenvolvimento.

41. Os objectivos destes diálogos consultivos é permitir com que a Comissão beneficie de sugestões de todas as partes interessadas a fim de as integrar no plano e revisão a médio prazo. Essas consultas serão um poderoso estímulo para fomentar a convergência de acções para a criação de um quadro comum, mobilizar e reforçar recursos para uma assistência permanente ao sector dos recursos hídricos e desenvolvimento agrícola em Africa e para a execução eficiente do mandato da Comissão da UA.

42. A Comissão da UA considera 3 factores de risco possíveis que podem impedir e retardar a operacionalização do Plano de Acção e que incluem o seguinte: entraves à integração das CER's, emergência de uma possível incompatibilidade entre a planificação estratégica e a elaboração do orçamento e alguns conflitos civis sócio-políticos crónicos em determinados países.

43. Estes elementos de risco exigem forte apoio às iniciativas da UA incluindo a do Conselho de Paz e Segurança como um passo importante para a criação de condições favoráveis à implementação bem sucedida dos programas da Comissão da UA inclusivé a Declaração de Sirte

IV. MEDIDAS PRECONIZADAS

4.1 Medidas para acelerar a implementação do Plano

44. Se a implementação da Declaração de Sirte for realizada no horizonte temporal de 2015 e contribuir para a Visão Comum da Comissão da União Africana “de construir uma Africa integrada, próspera e pacífica, uma Africa conduzida e gerida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional”, devem ser tomadas 3 medidas importantes para acelerar o processo. Em primeiro lugar, a curto prazo, é necessário identificar e implementar os programas prioritários a curto prazo ou “vitórias rápidas” que lançarão as bases para os programas/acções a médio e longo prazos. A maior parte destes “ganhos rápidos” estão entre as Decisões que foram

incluídas no Plano Estratégico a curto prazo da Comissão da UA. A Caixa 6 apresenta alguns destes Programas Prioritários.

45. Em segundo lugar, a Comissão da UA deve articular parcerias estratégicas em torno da implementação da Declaração de Sirte. Devido à dispersão de esforços, muitas iniciativas não produziram resultados para inverter o desempenho de África na gestão da agricultura e dos recursos naturais. A parceria e a coordenação na implementação do Plano de Acção irão aproveitar as sinergias, ajudar a acelerar o processo de implementação e produzir resultados eficazes.

Caixa 5: Programas Prioritários da UA para iniciar a Implementação da Declaração de Sirte***Programas Prioritários para 2004-2007***

- ☞ Mecanismos de acompanhamento para a afectação de 10% do orçamento à Agricultura e ao Desenvolvimento Rural
- ☞ Criação de Sistemas de Alerta Prévio a nível das Regiões
- ☞ Criação de um Mercado Comum de Produtos Agrícolas .
- ☞ Estudo de Viabilidade para a criação de um Fundo Africano de Desenvolvimento Agrícola
- ☞ Integração da AMCOW, da AMCEN e da Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura como Comitês Técnicos Especializados da União Africana
- ☞ Criação e Federação das Organizações/Autoridades de Bacias Hidrográficas Transfronteiriças para Promoção da Gestão Integrada dos Recursos e reforço de capacidades
- ☞ Promoção da partilha de conhecimentos sobre Degradação dos Solos e Desertificação para a Segurança Alimentar em Africa
- ☞ Controle, pelo BIRA, das Doenças Transfronteiriças que afectam o gado
- ☞ Implementação das Iniciativas PATTEC (ver Caixa 1)
- ☞ Criação de um Fórum do Agricultor Africano.
- ☞ Análise do Risco das Pragas e Segurança Alimentar em Africa

46. Finalmente, os mecanismos financeiros devem ser identificados, o que irá facilitar a mobilização e a constituição de recursos financeiros para o financiamento das actividades contidas no Plano de Acção. Alguns mecanismos possíveis são discutidos na secção seguinte incluindo a possibilidade da criação de um Fundo Fiduciário

4.2. Centrar a atenção nos requisitos e mecanismos de Financiamento

47. Chamar a atenção para os compromissos assumidos pelos Estados-membros

Embora o compromisso dos Estados-membros para financiar o programa da Comissão da UA seja evidente, existem pequenas reduções entre os seus compromissos e o actual fluxo de fundos. Um exemplo é o Orçamento de Solidariedade. A maior parte das Linhas de Acção aprovadas para 2005 que deviam ter sido implementadas ainda estão pendentes. O compromisso da Africa em financiar a agricultura não pode ser sobrevalorizado. O financiamento da agricultura, incluindo a implementação da Declaração de Sirte é baseado no duplo princípio de que a própria Africa aumentará o seu nível de investimento e que os seus parceiros externos continuarão a apoiá-lo no espírito da NEPAD. Portanto, sugere-se que se deve criar um mecanismo próprio a todos os níveis dos órgãos de decisão da UA para levar os Estados-membros a cumprir as suas obrigações financeiras para com a Comissão.

48. Financiar os mecanismos dos órgãos Ministeriais

Uma área potencial de sensibilização e reforço de mecanismos de financiamento é a sua colocação em alguns órgãos ministeriais como a AMCOW, AMCEN e Conferência dos Ministros da Agricultura, etc.

49. Criação de um Fundo Fiduciário:

O desenvolvimento de um quadro para a criação de um Fundo Fiduciário para a implementação da Declaração de Sirte inclui a formação de uma Equipa de Mobilização de Recursos viável que mobilizará fundos. A Equipa prestará assistência na definição de um quadro para a criação de um Fundo Fiduciário.

50. Desenvolver programas de colaboração com parceiros

A Comissão, em consulta com parceiros, pode desenvolver um pacote financeiro com base nos programas de implementação da Declaração de Sirte

4.3 Avaliação e Monitorização

51. O estabelecimento de um mecanismo de avaliação e monitorização é um elemento essencial do processo de implementação porque o mecanismo dará orientações e dirige o processo de implementação para alcançar o seu objectivo previsto. A monitorização será uma análise em

curso do processo de implementação do Plano e será conduzido pela Comissão em estreita colaboração com o Comité de Implementação. A monitorização determinará se a implementação da Declaração de Sirte está a decorrer de acordo com o plano. Determinará igualmente, os requisitos orçamentais e a necessidade de ajustamentos. A avaliação analisará a importância das actividades. Para ser efectiva, a monitorização incluirá sistemas de apresentação de relatórios anuais. No sistema anual de apresentação de relatórios estão incluídos os indicadores de desempenho que serão definidos e baseados nos resultados das acções previstas.

4.4 Conclusão e Recomendações

52. A Africa pode vangloriar-se de algumas realizações nos sectores da alimentação, agricultura e água, mas são poucos e raros. Actualmente, já há indicações de que se a situação se mantiver, a Africa não atingirá o 1º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a fome e a pobreza absoluta até 2015 e o desenvolvimento e o crescimento económico serão limitados. Todavia, o potencial e as oportunidades existem. A implementação da Declaração de Sirte oferece ao Continente a oportunidade genuína de mobilizar esforços colectivos para enfrentar os desafios do desenvolvimento de Africa através da conjugação de esforços com os seus parceiros de forma mais coerente, objectiva e incisiva com o objectivo de se construir um continente mais próspero. Neste caso, o Plano é um meio viável e colectivo de procurar resolver os problemas da água e da agricultura em Africa. Contudo, resta ainda o desafio de financiar a operacionalização deste plano e, para isso, são propostas as seguintes recomendações para consideração e adopção:

- 1) Os Estados-membros devem analisar e aprovar o Plano de Implementação da Declaração de Sirte;
- 2) Para mobilizar os recursos para a implementação deste plano, os Estados-membros devem considerar a possibilidade de criarem um Fundo Fiduciário no quadro da Comissão da UA a fim de facilitar a implementação da Declaração de Sirte, e solicitar aos parceiros de desenvolvimento para contribuírem para esse Fundo;
- 3) Os Estados-membros devem comprometer-se a tomar todas as medias necessárias ao financiamento dos Programas Prioritários da Declaração de Sirte e pedir o apoio específico do Orçamento de Solidariedade da Comissão da UA para implementar os Programas Prioritários;

- 4) Os Estados-membros devem lançar um apelo aos órgãos Ministeriais no sentido de, se necessário, utilizarem os seus recursos na implementação da Declaração de Sirte.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2005

Report on the Implementation progress and implementation plan of the Sirte Declaration on Agriculture and water

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/2954>

Downloaded from African Union Common Repository